

BRUNA HASSE WEBER

**TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DA CEPAL NAS DÉCADAS DE 1950, 1960 E
1990.**

Trabalho apresentado à disciplina de Monografia, código (SE362) do curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Demian Castro

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNA HASSE WEBER

TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DA CEPAL NAS DÉCADAS DE 1950, 1960 E 1990.

Trabalho de Fim de Curso para obtenção da graduação em Ciências Econômicas, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Profº Dr. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR


Profº Dr. Igor Zanoni Caneiro Leão
Departamento de Economia, UFPR


Profº Luiz Antonio Domakosky
Departamento de Economia, UFPR

AGRADECIMENTOS

Uma monografia não é obra de uma única pessoa. Por isso eu gostaria de agradecer a toda minha família (em especial aos meus pais e meu irmão), que me apoiou e me ajudou muito durante todos os anos de faculdade. E também aos professores que tornaram esse trabalho possível: ao meu orientador, o professor Demian Castro e ao professor José Gabriel Porcile Meirelles.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta monografia procura fazer uma releitura das principais contribuições e teorias desenvolvidas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, nas décadas de 1950, 1960 e 1990, para os países da América Latina. Se na década de 1950 esta Comissão contribuiu com a idéia de que os países latino-americanos tinham que implantar políticas para alcançar a industrialização, na década de 1990 isso já não era mais suficiente. Havia uma necessidade de encontrar o caminho que levasse a um crescimento com equidade social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O PENSAMENTO DA CEPAL NA DÉCADA DE 1950 E 1960	3
2.1 O contexto histórico	3
2.2 As raízes do pensamento da CEPAL	5
2.3 As idéias básicas do pensamento cepalino.....	6
2.4 As categorias analíticas da CEPAL.....	8
2.4.1 O sistema centro-periferia	8
2.4.2 O desenvolvimento para fora	13
2.4.3 O desenvolvimento para dentro	14
2.5 A interpretação da industrialização latino-americana	15
2.6 Planejamento e políticas públicas	17
2.6.1 A política de desenvolvimento.....	18
2.6.2 As políticas anti-cíclicas	19
2.6.3 A condução deliberada do processo de industrialização.....	21
2.6.4 Intervenção estatal	21
2.7 Considerações finais	22
3. O PENSAMENTO DA CEPAL NA DÉCADA DE 1990	24
3.1 O contexto histórico.....	24
3.2 O ponto de partida e os desafios dos anos 1990	25
3.3 Conceitos básicos da Transformação Produtiva e seus principais critérios.....	27
3.4 Algumas precondições da Transformação Produtiva	30
3.5 O esforço interno e a cooperação internacional	30
3.6 Diretrizes para a concepção de políticas.....	31
3.6.1 Principais elementos	32
3.7 Considerações finais	36
4 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	40

1.INTRODUÇÃO

Por proposta do Chile, na recém fundada Organização das Nações Unidas (ONU,1945), surge a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 1948). O papel reservado à Instituição era de desenvolver estudos que pudessem apoiar o projeto de industrialização para a América Latina e viabilizassem a superação do atraso econômico em que se encontravam os países da região, naquele período.

A função da CEPAL, como uma Comissão provisória da ONU que funcionaria por apenas três anos, era de levantar informações para esboçar possibilidades de industrialização para aquela região, mas os dados naquela época eram escassos. Uma das considerações dos técnicos da entidade era de que os países da América Latina precisavam de uma burocracia técnica e especializada que pudesse mensurar minimamente a economia da região.

Em 1952, mesmo a contragosto da diplomacia norte-americana, a qual alegava que a CEPAL duplicaria a função do já existente CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe foi efetivada como uma Comissão permanente da ONU.

Ao final do século passado, a CEPAL completou cinquenta anos de existência, sendo assim podem-se identificar traços analíticos comuns aos cinco decênios, visto que a Comissão acompanhou de perto a evolução histórica da região latino-americana.

As duas primeiras décadas (1950 e 1960) enquadram-se no ciclo expansivo mundial do pós-guerra e aí se identificam as linhas de pensamento: industrialização e reformas para viabilizar o desenvolvimento. Já as décadas restantes (1970, 1980 e 1990) acompanham a etapa compreendida entre o fim daquele ciclo, em 1973/74, até os dias de hoje, na qual predominaram o baixo crescimento mundial e grandes incertezas. Então se revelam respectivamente: reorientação dos estilos de desenvolvimento na direção da homogeneidade social;

superação do problema do endividamento externo, através do “ajuste com crescimento”; e transformação produtiva com equidade.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar as linhas de pensamento da CEPAL ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1990. Esses períodos foram escolhidos por serem os principais e representarem o auge da CEPAL. As demais décadas não foram ignoradas, apenas não foram consideradas na execução desse trabalho.

O trabalho está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro focado nas décadas de 1950 e 1960, também conhecida como a “CEPAL clássica”, analisando o contexto histórico da época na América Latina, o desenvolvimento da teoria do sistema centro-periferia, a linha de pensamento da Comissão para esse período e quais políticas foram desenvolvidas com a finalidade de reverter a situação de periferia dos países da América Latina . Já o segundo capítulo aborda a década de 1990 e o desenvolvimento da chamada Transformação Produtiva com equidade social, uma teoria que teve como objetivo o crescimento econômico e igualdade social, que seriam alcançados através: de uma mudança tecnológica, melhor distribuição de renda, desenvolvimento sustentável entre outros.

2. O PENSAMENTO DA CEPAL NA DÉCADA DE 1950 E 1960.

2.1 O Contexto histórico.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial as economias latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido crescimento de 5,8% ao ano entre 1945 e 1954, e por uma folga na restrição externa que permitiu uma expansão nas importações em 7,5% ao ano, para esse mesmo período, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24-27).

A defesa do desenvolvimento pela via da industrialização teve no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico. Para os defensores da industrialização, existia uma espécie de vazio teórico e uma descrença em relação à teoria econômica existente. Havia uma perplexidade devido a falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais da região, que tentavam entender e transformar, (IDEM).

O que se via, era a necessidade dos países subdesenvolvidos terem uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada as suas realidades, porque em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos, (IDEM).

Já no plano histórico, a ideologia cepalina era muito bem aceita nos projetos políticos de vários governos da região, pois os mesmos viam nessa ideologia uma maneira de desenvolver suas respectivas economias, (IDEM).

Quanto à história latino-americana dos anos 1960, há três elementos que incidiram de forma radical sobre a evolução do pensamento cepalino, e latino-americano de um modo geral, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37-39).

O primeiro, que foi o crescimento na maioria dos países, apesar de persistente (5,7% ao ano, entre 1955 e 1959), estava ocorrendo em meio a uma

crescente instabilidade macroeconômica, motivado em boa medida por problemas de restrições à importação, a qual cresceu apenas 2,1% ao ano, no mesmo período e 0,3% ao ano, entre 1960 e 1964. Nesse contexto de restrição externa, vários países enfrentavam acentuadas pressões inflacionárias, (IDEM).

Segundo, o processo de industrialização continuava impondo-se como tendência histórica, mas a urbanização acontecia com crescente empobrecimento e favelização da população, evidenciando a incapacidade de absorção da força de trabalho proveniente da zona rural por atividades produtivas modernas e estendendo com grande visibilidade a pobreza rural aos centros urbanos, (IDEM).

Por último, a Revolução Cubana de 1959 teria profunda repercussão sobre a atitude norte-americana frente a tais pressões e à movimentação política que se alastrava na América Latina. “A reação a Cuba, na esfera diplomática, distanciava-se por completo da atitude desconfiada do período macarthista e se expressava no Programa Aliança para o Progresso, conduzido pela Organização dos Estados Americanos (OEA)”, (IDEM).

O que se verificou na região a partir de meados dos anos 1960 foi uma crescente “polarização política e ideológica, que em alguns países distanciou-se até o enfrentamento entre ditaduras de direita e organizações da esquerda revolucionária.” (IDEM).

No entanto a CEPAL dos anos 1960 seria principalmente um fórum de discussão de idéias críticas ao processo de desenvolvimento em curso. O talento mobilizador cepalino atraía a intelectualidade a uma discussão que gravitava crescentemente em torno de três pontos que demarcavam a divisão político-ideológica: primeiro, a interpretação de que a industrialização havia seguido um curso que não conseguia incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico; segundo, a interpretação de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, apenas sua natureza havia sido alterada; e terceiro, a idéia de que ambos os processos obstruíam o desenvolvimento. (IDEM).

2.2 As raízes do pensamento da CEPAL

O pensamento da Cepal, nesta fase era denominado clássico e originou-se da insatisfação de alguns pensadores latino-americanos (experimentado pelas trajetórias dos seus países, cujas dificuldades mais evidentes pareciam estar ligadas à sua inserção no cenário internacional da época) frente a uma realidade na qual vigorava a teoria neoclássica-liberal. Esta, no que se refere ao comércio internacional, tem como seu ponto de partida a Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo, (SCHWARZER, 1993, p.12-13).

As teorias ricardianas de vantagens comparativas, que eram aceitas pela comunidade econômica a respeito do comércio internacional, “evoluíram no estágio neoclássico até chegarem a conclusão de que o intercâmbio comercial distribuía eqüitativamente o progresso técnico.” É nesse ponto que Prebisch questiona essas teorias, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37-39).

“Em matéria de economia, as ideologias costumam acompanhar os acontecimentos com atraso, ou então sobreviver a eles por demasiado tempo. É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira eqüitativa por toda a coletividade, seja através do aumento correspondente de renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio.” (Prebisch, R. Introdução aos Estudos econômicos da América Latina, 1949, publicado em Bielschowsky, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Record: Rio de Janeiro, 2000. p.71)

Pois, para o autor essa ideologia não poderia encaixar-se na realidade da América Latina e seus atrasos econômicos e remenda:

“A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito. Se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribuí-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e

daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade.” (Prebisch, 1949. In: Bielschowsky, 2000,p.73)

Assim, com base em dados ainda dispersos, o esforço dos pesquisadores da CEPAL girou em torno de desenterrar os prejuízos gerados na América Latina, por ser uma região agrária e com isso estava “fora do circuito de distribuição dos benefícios do progresso técnico”, (IDEM).

2.3 As idéias básicas do pensamento cepalino.

Atribui-se o sucesso inicial da CEPAL à figura do economista argentino Raúl Prebisch, que forneceu a base teórica para os primeiros documentos da entidade. Seu prestígio e experiência conquistados a partir da criação e direção do Banco Central da Argentina (1935-1943) lhe proporcionaram muitos subsídios para discutir a situação latino-americana. E o autor encontrou na CEPAL uma “estrutura institucional que poderia lhe fornecer levantamentos continentais, proporcionando dados para, comprovar e generalizar suas teses a respeito da relação centro-periferia”, (SCHWARZER, 1993, p.7-12).

Ele teve acesso ao relatório da ONU “Post-war price relations in trade between lower-developed and industrialized countries¹”, que serviu de base para o primeiro documento oficial da CEPAL, que já alertava para as quedas de preço dos produtos primários no comércio internacional. Foi nesse relatório das Nações Unidas que se sustentaram às primeiras idéias e principais teses da CEPAL, (SCHWARZER, 1993, p.12 – 14).

“A desfavorável tendência a longo termo nos preços de artigos primários, em relação às manufaturas, tem significado, obviamente, um contínuo aumento da quantidade de artigos primários que um país deve fornecer, a fim de obter uma determinada quantidade de bens para o seu desenvolvimento econômico. A pressão do preço sobre os artigos primários, típica das depressões industriais, reduz drasticamente a quantidade de artigos que um país subdesenvolvido pode adquirir, em troca de suas exportações, no exato momento em que, não fora essa circunstância, ele poderia obter prontamente os artigos de que necessita para seu desenvolvimento econômicos.” (Relatório da ONU sobre a América Latina,

¹ A relação do preço no pós-guerra nas relações comerciais entre países subdesenvolvidos e industrializados

in: *Revista Brasileira de Economia*, 1949, publicado em VITAGLIANO, L. F. A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p.54.)

Em seu trabalho “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas” Prebisch, faz uma primeira aproximação ao sistema centro-periferia e conclui que a difusão do progresso técnico para alguns países foi muito lenta. Em conseqüência, a estrutura dos chamados de “periferias”, permanece atrasada em relação aos denominados “centros”, que geram e possuem técnicas capitalistas de produção muito avançadas. Para o autor estas desigualdades, que emergiram nos desdobramentos da Primeira Revolução Industrial, foram se aprofundando historicamente e no trecho abaixo ele explica como a relação centro-periferia ocorreu, (SCHWARZER, 1993, p.15-16).

“A propagação universal do progresso técnico dos países originários ao resto do mundo foi relativamente lenta e irregular, se tomarmos o ponto de vista de cada geração. No longo período que transcorre da Revolução Industrial à Primeira Guerra, as novas formas de produzir, em que as técnicas foram se manifestando incessantemente, só abarcaram uma reduzida proporção da população mundial. O movimento se inicia na Grã-Bretanha, prossegue com distintos graus de intensidade no continente europeu, adquire impulso extraordinário nos Estados Unidos e abrange, finalmente, o Japão, quando este país se empenha em assimilar rapidamente os modos ocidentais de produzir. Foram se formando assim, os grandes centros industriais, em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e heterogênea, pouco tomava parte da melhoria de produtividade. Dentro desta periferia, o progresso técnico só atinge exíguos setores de sua ingente população, pois, geralmente, não penetra senão onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industriais.” (Mello, J. M. C. , O Capitalismo Tardio. Brasiliense: São Paulo, 1986. p.13-14)

Antes de continuar, é preciso apresentar o conceito cepalino de desenvolvimento, que tem como enfoque principal o fato que a “elevação da produtividade permitiria a elevação das remunerações pagas aos fatores de produção, inclusive ao trabalho, refletindo-se num aumento do bem-estar das massas”. Esta elevação do bem-estar é o objetivo último da política de desenvolvimento, incluindo a geração de empregos em condições de alta produtividade e a elevação da renda real por habitante, (SCHWARZER, 1993, p. 15).

Para que este desenvolvimento econômico pudesse ocorrer, seria necessário “perseguir o crescimento da produtividade global da economia, gerando um aumento significativo da dotação de capital por trabalhador e em última instância, uma necessidade de intensificação da acumulação de capital na economia como um todo”. (SCHWARZER, 1993, p. 15).

Dentro deste sistema econômico mundial, composto por “centros” e “periferias”, no marco de um desenvolvimento desigual e cujos motores de avanço é o progresso técnico, foi inserida a América Latina, que será tomada como representativa da periferia, (SCHWARZER, 1993, p.16).

2.4 As categorias analíticas da CEPAL

2.4.1 O sistema centro-periferia.

Para uma melhor compreensão da teoria do sistema centro-periferia é fundamental caracterizar centro e periferia em termos estruturais. A economia centro, conta com um alto grau de desenvolvimento tecnológico, tendo em vista que as técnicas capitalistas penetram por primeiro e onde há grande volume de capitais nos seus processos produtivos, ocasionando assim uma produtividade maior dessas economias. Por outro lado, na economia periférica a produção permanece inicialmente atrasada do ponto de vista tecnológico e organizativo, caracterizada por uma baixa produtividade e pouco investimento de capital. Normalmente este capital se concentra em poucas atividades produtivas, (RODRIGUEZ, 1981, p.36-38).

Na periferia, as técnicas novas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados, no que diz respeito à penetração das novas técnicas e ao nível da produtividade do trabalho, (RODRIGUEZ, 1981, p.36-38).

A estrutura produtiva da periferia “adquire dois traços fundamentais; o primeiro seria o caráter especializado, ou unilateralmente desenvolvido, já que

uma parte dos recursos produtivos se destina as consecutivas ampliações do setor de exportação de produtos primários, ao passo que a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é atendida, por meio de importações”. Já o segundo diz respeito a estrutura mencionada heterogênea ou parcialmente atrasada, no sentido de que coexistem em seu meio setores nos quais a produtividade alcança os níveis mais altos do mundo e atividades em que se utilizam técnicas antiquadas, nas quais a produtividade do trabalho é muito inferior à que se pode encontrar nas atividades similares a dos centros, (RODRIGUEZ, 1981, p.36-38).

Sendo assim, a periferia apresenta uma estrutura produtiva especializada e heterogênea, já no centro essa mesma estrutura se mostra diversificada e homogênea. Com essa “diferenciação estrutural, estipulam-se as diversas funções que são próprias às pautas tradicionais da divisão internacional do trabalho: no sistema econômico mundial cabe ao pólo periférico produzir e exportar matéria-prima e alimentos, enquanto os centros cumprem a função de produzir e exportar bens industriais para o sistema em seu conjunto”, (RODRIGUEZ, 1981, p.36-38).

Quanto “maior a intensificação do capital no processo produtivo e a utilização de tecnologia, na teoria cepalina, maior será a intensidade e menor o tempo necessário para que o progresso técnico se incorpore dentro do aparelho produtivo nacional”. Sendo esse o obstáculo que deveria ser superado pelas economias periféricas para se chegar a um grau satisfatório de desenvolvimento, (IDEM).

A concepção do sistema centro-periferia, sua estrutura e dinâmica são basilares para toda a reflexão da CEPAL a respeito do subdesenvolvimento. Os países periféricos adotaram a especialização da produção, desenvolvendo um setor produtor de bens de exportação (produtos agropecuários ou minerais), que tem como destino os países centrais, para abastecer suas indústrias com matérias-primas e alimentos, (SCHWARZER, 1993, p. 16 - 17).

Estes bens exportáveis, em cada economia, resumem-se a um ou poucos produtos primários e, em conseqüência, “a estrutura produtiva periférica manifesta baixa diversidade horizontal (poucos bens internamente produzidos), reduzida complementaridade intersetorial (ramos produtivos parcamente conectados, ou seja, mercado interindustrial e intersetorial restrito) e pouca integração vertical (não existem cadeias produtivas internas abrangentes)”. Como efeito principal desta especialização, tem-se o fato de que grande número de bens de consumo e de capital, indispensáveis ao funcionamento da sociedade periférica, somente podem ser obtidos mediante importação, (SCHWARZER, 1993, p. 17 – 18).

Cabe ressaltar que a especialização na produção de bens primários não exclui a possibilidade da existência de uma indústria na periferia; no entanto esta estará condicionada pelo desempenho do setor exportador. Deste modo esta conexão à economia mundial, com importações indispensáveis de manufaturados, obtíveis praticamente só nos países centrais e com divisas externas, e exportações quase exclusivamente de bens primários (cuja demanda provém principalmente dos centros) tornam a periferia, “sua sobrevivência e sua dinâmica de crescimento presas em última instância, ao vigor da demanda externa pelos produtos que exporta”, (IDEM).

A “heterogeneidade estrutural periférica traduz-se em diferenciais abruptos e elevados de produtividade nos diversos segmentos da estrutura produtiva dos países periféricos”. Isto é: coexistem atividades de alto grau de produtividade (no setor de bens de exportação em geral) e outras rudimentares e de baixa produtividade, utilizando técnicas produtivas ultrapassadas (é o caso da agricultura de subsistência, do setor de serviços pessoais e domésticos). Neste sentido, outro traço característico da periferia é a existência de um excedente estrutural (potencial ou efetivo) de mão-de-obra, que passaria a ser “liberado” à medida que se difundisse o progresso técnico na sua estrutura sócio-econômico, (SCHWARZER, 1993, p.18).

Os centros econômicos mundiais, como já foi mencionado, possuem uma estrutura produtiva homogênea, na qual, em geral, os setores tendem a

apresentar emprego de técnicas de produção que garantem elevada produtividade do trabalho e, por conseguinte, podem assegurar elevada remuneração aos fatores de produção. “Paralelamente, a estrutura do centro é diversificada, ou seja, existem diversos setores produtivos, que são complementares e integrados horizontal e verticalmente, fechando uma “pirâmide de produção””, (IDEM).

Definidas, portanto, as características de ambos pólos, pode-se perceber a existência de um sistema “centro-periferia”. A troca, pelos países periféricos, de produtos primários por bens industrializados, dos países centrais, corresponde a uma inserção de cada pólo na divisão internacional do trabalho. Mas, mesmo assim, “a diferenciação estrutural entre centro e periferia não implica que esta última permaneça isolada em estado de atraso”. Vale dizer: “os pólos ao estarem concatenados, podem sofrer mudanças estruturais, na medida em que se alteram as circunstâncias do intercâmbio centro-periferia”, (IDEM).

A evolução dinâmica deste sistema centro-periferia aponta na direção de cinco tendências principais de longo prazo. A primeira seria uma tendência “à insuficiência dinâmica da periferia, ligada ao não rompimento da problemática da reduzida capacidade interna de incorporações de progresso técnico”. A produtividade, para que possa ser elevada, exige uma maior utilização de capital por trabalhador. A formação de capitais adicionais na periferia tem como obstáculo a insuficiência interna de poupança, o que por sua vez acarreta em dificuldades à realização de novos investimentos e a difusão de progresso técnico. Assim, também não se consegue alavancar a acumulação e formação de novos capitais. Esta tendência, explica porque a produtividade média por trabalhador na periferia aumenta em proporção menor que a sua elevação nos centros, uma vez que estes, com capacidade interna de poupança maior, investem mais e experimentam maior progresso técnico, (SCHWARZER, 1993, p. 20 - 21).

A segunda tendência, geração de um excedente estrutural de mão-de-obra, surge do fato de países produtores de bens primários e em estágios iniciais do uso de técnicas produtivas apresentarem grande volume de mão-de-obra

absorvida pelo setor agrícola. Na medida em que o progresso técnico vai passando nestas estruturas, teria que ocorrer uma necessária redistribuição da mão-de-obra para outros setores da atividade econômica. Porém, tendo em vista a insatisfatória capacidade de acumulação de capital nos países latino-americanos, impedindo a geração suficiente de empregos modernos com nível de produtividade elevado na indústria e em serviços, o volume absoluto deste contingente populacional deslocado e o elevado crescimento demográfico da América Latina, não é inteiramente absorvido, levando então há um excedente de mão-de-obra, (SCHWARZER, 1993, p. 20 - 21).

A terceira tendência do sistema centro-periferia, explica-se a partir das tendências estruturais à insuficiência dinâmica e ao excedente de mão-de-obra. Trata-se de uma “contínua deterioração dos termos de intercâmbio contra os países periféricos e a favor dos países centrais, isto é, um movimento dos preços relativos de tal modo que o poder de compra das exportações periféricas se torna cada vez menor”. Pela incapacidade de acelerar seu ritmo de acumulação e geração de empregos que incorporam progresso técnico, os países periféricos teriam constantemente uma massa de trabalhadores potencialmente disponíveis e não organizados sindicalmente, que permitem uma queda relativa de salários e uma pressão descendente sobre os preços dos produtos de exportação. Desta forma, não haveria plena distribuição dos frutos do progresso técnico para a periferia. Já nos países centrais, à medida que o progresso técnico, a produtividade industrial, a rentabilidade das firmas e o emprego avançam, não ocorre uma pressão descendente nos salários e uma tendência de queda dos preços dos bens industrializados, o que, por fim, resulta em um movimento dos preços relativos desfavorável à periferia, ao contrário do que estabelecia a teoria neoclássica do comércio internacional. Esta tendência também causa crescimento e movimentos desiguais das remunerações a fatores de produção no centro e na periferia, (SCHWARZER, 1993, p. 22 - 23).

Uma quarta tendência, ao desequilíbrio externo, aparece na medida que se eleva a renda per capita, em consequência do crescimento da produtividade. Tanto os produtores, necessitando de mais bens de capital, como os consumidores favorecidos pela alta de seus rendimentos, “demandarão um

número cada vez maior de importações de bens industrializados em ritmo proporcionalmente superior ao seu incremento de renda”. As exportações, entretanto, têm limites “dados à sua expansão pela dinâmica dos países centrais”. Com o passar do tempo, a “retroalimentação destes fenômenos cria tendências ao desequilíbrio crônico do balanço de pagamentos”, que se observam em alguns países, empenhados em aumentar a produtividade e elevar o nível de vida da população, (SCHWARZER, 1993, p.23).

A última tendência aponta para o surgimento de uma diferenciação crescente da renda real entre ambos os pólos do sistema centro-periferia. Isto explicaria o motivo pelo qual a periferia não somente não supera seu atraso, mas o reproduz e aprofunda. Tem-se, portanto, a crescente desigualdade entre os dois pólos (uma tendência ao atraso ou subdesenvolvimento) “causado pela diferenciação progressiva da renda real por habitante e pela dificuldade crescente da periferia de elevar sua produtividade, ou seja, difundir progresso técnico, e suplantar suas dificuldades estruturais”, (SCHWARZER, 1993, p. 23 - 24).

2.4.2 O Desenvolvimento para Fora

Na concepção do desenvolvimento para fora, implica numa promoção das exportações. O que se observa nas economias periféricas, nesta fase, seria o fato de que as inovações técnicas só são incorporadas aos setores nacionais nas atividades de exportações de produtos primários, ocorrendo desta forma uma disparidade entre os vários setores que compõe o aparelho produtivo nacional (IDEM).

Essas disparidades podem ser identificadas dentro de uma economia periférica, pois ocorre uma especialização dentro do setor primário e de outros poucos setores de atividade, tornando a economia desigual quando o assunto é desenvolvimento, ficando altamente produtiva e desenvolvida em alguns setores, e nos demais continua atrasada e ineficiente, (IDEM).

Já nos países centrais ocorre uma difusão ampliada das tecnologias e capitais dentro dos mais diversificados setores da economia; essa diferenciação estrutural é que define a divisão internacional do trabalho dentro da economia mundial, cabendo aos países periféricos a exportação de produtos primários e alimentos, no qual não é exigido um alto grau de intensificação de capital, com pouco valor agregado nas mercadorias, e os países centrais ficam responsáveis pela formação de preços e pela produção de bens industrializados para exportá-los aos países da periferia, (IDEM).

2.4.3 O Desenvolvimento para Dentro

Para uma economia periférica começar a ser inserida no processo de desenvolvimento para dentro, há a necessidade de uma reformulação conjuntural, como foi o caso das duas guerras mundiais, nas quais os países centrais envolvidos no conflito tiveram que direcionar a sua produção para a indústria bélica, limitando suas exportações de bens industrializados, forçando os países periféricos a ampliarem a sua industrialização para atender a demanda interna por bens industrializados, ou seja, há a necessidade de se consolidar um mercado interno e isso só seria possível com uma dinamização da indústria, (RODRIGUEZ, 1981, p.42-45).

A crise econômica mundial dos anos 30 foi outro exemplo de redirecionamento da indústria latino-americana para um desenvolvimento para dentro, quando ocorreu uma diminuição drástica do preço e das exportações primárias, ocasionando um crescente déficit nas divisas desses países, forçando-os a intensificar a industrialização de outros setores produtivos, substituindo os bens manufaturados importados, pelos similares que passaram a ser produzidos internamente, (IDEM).

Neste processo de desenvolvimento para dentro, visto que a industrialização é intensificada surgem algumas contradições, como a deterioração dos termos de intercâmbio; surgem problemas no balanço de pagamentos e de absorção de mão-de-obra; produzem-se desajustamentos

intersetoriais da produção, ocorrendo carência de infra-estrutura, de oferta agrícola, entre outros problemas, e persistem as dificuldades de utilização e acumulação de capital, (IDEM).

O fator mais importante, de acordo com a teoria cepalina do sistema centro-periferia, que guiará a industrialização dos países periféricos será uma política de planificação do Estado, a qual criará condições para o desenvolvimento, e conseqüentemente o aumento de produtividade e otimização de recursos, sendo crucial ocorrer uma política racionalizada e programada, (IDEM).

2.5 A interpretação da industrialização latino-americana

Prebisch verificou uma “progressiva queda do vigor da demanda externa por produtos latinos americanos” e o conseqüente progresso de deterioração dos termos de intercambio. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de ao final da Primeira Guerra Mundial identificar-se uma troca do principal centro cíclico mundial, antes a Grã-Bretanha, substituída então pelos Estados Unidos, que lideraram o crescimento mundial a partir da década de vinte. A política norte-americana de comércio exterior foi diferente da britânica, pois por serem mais auto-suficientes em recursos naturais, adotaram um coeficiente de importação mais reduzido. Essas restrições às importações, causaram desequilíbrios e quedas do comércio exterior da América Latina, obrigando os países desta a limitar seu próprio crescimento, (SCHWARZER, 1993, p. 37-38).

Surgiu, um processo de industrialização na América Latina, em conseqüência da situação gerada pelos “fenômenos internacionais, que apresentam uma ruptura definitiva na crise de 1929”. Os países latino-americanos, com a restrição dos seus balanços externos, buscaram reduzir seus coeficientes de importação, para amenizar a situação externa e poderem, então encontrar outro modo de crescer. Simultaneamente, aceleraram sua depreciação monetária, com o objetivo de proteger suas exportações; esta política teve o efeito paralelo de desestimular e encarecer as importações. Adotaram também políticas de proteção contra os impulsos cíclicos descendentes advindos do

exterior, tais como cotas de importação, controle de câmbio e barreiras tarifárias, (SCHWARZER, 1993, p.38).

Numa visão mais ampla, ocorreu a passagem da fase de crescimento para fora à de crescimento para dentro, ou industrialização. Mesmo não sendo desde o início um objetivo explícito e consciente da política dos países latino americanos, esta mudança no modo de operar das economias periféricas representa uma tentativa de reinserção na divisão internacional do trabalho, (SCHWARZER, 1993, p.38-39).

Esta industrialização (tendo em vista que o aumento da renda periférica levou há um maior consumo de bens industrializados) teria que seguir uma trajetória de “substituição de importações”, ou seja, parte dos bens industriais antes importados terão que ser produzidos internamente. Mas, por outro lado, esta linha de industrialização requer a disponibilidade de bens intermediários, bens de capital, combustíveis, energia elétrica e outros bens manufaturados, todos dependentes de importações do centro. Neste sentido, a “industrialização por substituição de importações”, única forma de continuar crescendo ao ritmo necessário para elevar gradativamente o nível de vida da população latino-americana como um todo, leva forçosamente, a uma alteração e reorganização da pauta de importação dos países periféricos, (SCHWARZER, 1993, p.39).

A industrialização periférica apresenta alguns problemas: o primeiro é a tendência ao desequilíbrio externo, pois a industrialização periférica eleva a necessidade de importações, essencialmente de bens intermediários e bens de capital, cuja demanda é satisfeita nos centros cíclicos. Outro problema seria o lento crescimento da demanda exterior por bens primários levando assim a um forte crescimento do déficit no balanço de pagamentos, (SCHWARZER, 1993, p.39-40).

Há efeitos também das “decisões de investimento em condições de livre mercado sobre a tendência ao desequilíbrio externo, na medida em que as divisas geradas pelas exportações são utilizadas sem maximizar a potencialidade produtiva e de geração de emprego na periferia”. O fato de as divisas

internacionais em poder de um país terem uma “importância social maior do que a que lhes é dada pela ótica dos agentes individuais”, não é considerado nas decisões destes. Da mesma forma, em seguida, ainda existe a tendência à deterioração dos termos do intercâmbio pela industrialização, (SCHWARZER, 1993, p.39-43).

2.6 Planejamento e políticas públicas

No que se refere às políticas de intervenção, “a CEPAL postulava que elas não deveriam ser contra o mercado, considerando a existência de um regime de iniciativa privada”, no entanto caberia ao governo cuidar para que as iniciativas das empresas privadas retratassem os interesses dos países periféricos para contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos mesmos, (IDEM).

A CEPAL propôs medidas que pudessem ser praticadas, com a finalidade de reverter a situação dos países da América Latina. As quais seriam conhecidas como políticas desenvolvimentistas, que foram: a condução deliberada do processo de industrialização, critérios de alocação de recursos em áreas consideradas estratégicas, planificação do desenvolvimento e ação direta do Estado, (RODRIGUEZ, 1981, p.148-152). Aqui nesse trabalho serão exploradas as políticas do processo de industrialização e a ação direta do Estado.

A política de intervenção e planificação estatal cepalina é marcante nesses primeiros documentos da entidade, a qual defende a necessidade de uma intervenção maior do Estado no processo de industrialização, criando assim condições para serem realizadas as substituições de importações, e conseqüentemente levando as economias periféricas para um estado mais avançado de desenvolvimento, (IDEM).

Ainda em termos de políticas econômicas, Prebish classifica-as em dois grupos: as políticas de desenvolvimento, que apresentam caráter de longo prazo

e objetivos abrangentes e as anti-cíclicas, que procuravam equilibrar os efeitos negativos dos movimentos cíclicos sobre as periferias, (IDEM).

2.6.1 A política de desenvolvimento.

Fazendo uso do conceito cepalino de desenvolvimento econômico, mencionado no início deste trabalho, que previa o aumento do bem-estar das massas através da elevação da renda real por habitante. Esta política teria como base “igual movimento da produtividade média do trabalho nas economias em questão”. Então, pelo fato de alavancar a alta produtividade, havia necessidade de acentuada acumulação de capital, para que pudesse “aumentar a relação capital/trabalho, acelerar a difusão de progresso técnico e incorporar mais trabalhadores a empregos modernos”. Assim, as remunerações aos fatores de produção, especialmente aos salários, poderiam ser reajustados e o nível de vida da população elevado, (SCHWARZER, 1993, p.45).

A forma de obter estas altas de produtividade e bem-estar da população era através da industrialização, acompanhada por uma modernização da agricultura. A industrialização surge, portanto como a grande alternativa para elevar a produtividade do trabalho na América Latina e absorver o excedente estrutural de mão-de-obra. Ela, na realidade, conforme disse Prebisch, “... não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas.”, (IDEM).

Elevar a produtividade do setor primário, manter a heterogeneidade e a especialização e “não internalizar o motor de crescimento econômico, apenas agravaria a situação do desemprego estrutural e da deterioração dos termos de intercambio, uma vez que a oferta de bens primários no mercado mundial cresceria soberbamente”. O subdesenvolvimento e a perda dos frutos do avanço da produtividade continuariam, e a situação de subordinação latino-americana frente à demanda dos centros ficaria inalterada, (SCHWARZER, 1993, p. 45-46).

Para os pensadores da CEPAL, mesmo a industrialização “espontânea”, “advinda do livre jogo do mercado, que grande parte dos países da região teriam experimentado durante a fase 1914-1945, não seria ainda a forma adequada, pois traria aprofundamento das discontinuidades e dos desequilíbrios, aumentaria a vulnerabilidade e a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio”. Conclui-se que a condução deliberada do processo de industrialização é imprescindível para evitar esses desequilíbrios ou para minimizar suas conseqüências sobre o desenvolvimento periférico, (SCHWARZER, 1993, p. 46).

A condução de uma política industrializante não poderia isentar-se de uma ativa participação do comércio exterior e da agricultura no desenvolvimento da periferia. Insere-se, nesse marco, a política de desenvolvimento proposta pela CEPAL ao longo da década de 1950. Dentro da perspectiva cepalina, não é o fator de produção mão-de-obra o elemento que impede ou estrangula o desenvolvimento; ao contrário “é a escassez de capital, que o liberará das atividades de baixo nível de produtividade para realocá-lo em ocupações mais produtivas”, (SCHWARZER, 1993, p.46-47).

Contornar a insuficiência de poupança na América Latina não deve partir da compressão do consumo das grandes massas populares, já bastante prejudicadas, conclui Prebisch: “Para formar o capital necessário à industrialização e ao progresso técnico da agricultura, não pareceria indispensável comprimir o consumo da grande massa, que em geral é demasiadamente baixo”, (SCHWARZER, 1993, p.48).

2.6.2 As políticas anti-cíclicas

Uma política anti-cíclica na periferia, veio para complementar o esforço do desenvolvimento econômico e é indispensável para evitar que os ganhos de progresso técnico e de remuneração conquistados possam esgotar-se na economia periférica na fase descendente do ciclo, (SCHWARZER, 1993, p.55).

Prebisch desenvolve algumas idéias do que poderia ser uma política anti-cíclica em situação periférica. “Deste modo, pelo aspecto do impacto das oscilações cíclicas da economia mundial sobre a estrutura periférica (aprofundamento das tendências à deterioração dos termos de intercâmbio, ao desemprego estrutural e ao desequilíbrio externo) fez-se necessária uma política anti-cíclica igualmente específica e diferente da aplicada conforme o ponto de vista dos centros”, (SCHWARZER, 1993, p.55).

Ele também destaca o fato de que, apesar de a industrialização ser necessária à periferia, ela, “por si não faria menos vulnerável à instabilidade cíclica e, tampouco, à necessidade de continuar exportando produtos primários aos países centrais”. Há a necessidade de se trabalhar para reajustar gradativamente o coeficiente de importação da periferia, para que possa ser implantada uma política expansionista, com vistas a garantir o emprego e a renda periféricos, no decorrer da fase decrescente do ciclo. Isto porque, como as importações da periferia ajustam-se atrasadamente às oscilações cíclicas, ocorrem graves desequilíbrios nos balanços de pagamentos periféricos e inviabiliza-se, no momento da crise, qualquer política que necessite de maiores compras de bens de capital e bens intermediários no exterior, (SCHWARZER, 1993, p.56).

Faz-se necessário também a substituição de algumas importações, para permitir maior capacidade de compra de bens de produção no exterior. Para importar maior quantidade de bens de capital na fase substitutiva de importações, Prebisch citava a eventual “cooperação de entidades internacionais de empréstimos”. Os centros também estariam interessados nisto, já que os financiamentos concedidos manteriam a demanda por bens de produção nos centros cíclicos. Esta política seria anti-cíclica para os dois pólos do sistema centro-periferia, (IDEM).

2.6.3 A condução deliberada do processo de industrialização

A industrialização deliberada constitui o eixo principal da política de desenvolvimento e contextualiza a industrialização periférica a partir do ponto de vista teórico e político, (RODRIGUEZ, 1981, p.148-150).

Do ponto de vista teórico, uma vez alcançado certo grau de desenvolvimento da economia mundial (que se expressa através do aumento da produtividade do trabalho e da renda por habitante), a industrialização é o caminho obrigatório do desenvolvimento periférico, (IDEM).

As economias centrais impulsionaram a industrialização da periferia, sobretudo a partir da grande depressão, e algumas características desse processo se apresentaram, como: problemas de deterioração dos termos de troca, do balanço de pagamentos, da absorção da mão-de-obra e desajustes intersetoriais da produção, (IDEM)

Esses desequilíbrios se originam da sobrevivência da “condição periférica”, ou seja, da perpetuação do atraso estrutural em relação ao centro e da desigualdade entre os níveis de produtividade e renda média, inclusive durante a fase de desenvolvimento para dentro, (IDEM).

Já do ponto de vista político, a industrialização é considerada um meio indispensável para conseguir um alto ritmo de aumento da renda e da produtividade, para evitar a deterioração dos termos de troca e para conservar os resultados do progresso técnico. Em função dos desequilíbrios estruturais mencionados anteriormente, postula-se que o processo de industrialização deve ser conduzido de uma forma deliberada, (IDEM).

2.6.4 Intervenção estatal

Para a CEPAL o Estado tem o papel de direção e liderança do processo de industrialização e realizador de grandes investimentos. Entende-se por intervenção estatal, uma condição necessária para se alcançar o desenvolvimento, que exige

uma ação consciente e sustentada por parte do Estado, a fim de que a política de desenvolvimento expressa em programas, tenha a possibilidade de se traduzir em medidas concretas de política econômica que impulsionem a execução de um plano de desenvolvimento, (RODRIGUEZ, 1981, p.171).

Entre as medidas necessárias de intervenção estatal, “num regime de iniciativa privada, estão: iniciativas que visem a elevação do coeficiente de poupança nacional”, principalmente através da política fiscal; participação direta e a orientação do crédito, sobretudo o de médio e longo prazo; o recolhimento de recursos financeiros internacionais; a orientação desses recursos, assim como dos recursos de origem nacional; formulação de um programa de investimentos que combine o investimento público em infra-estrutura e em produção direta com o que deve ser realizado pelo setor privado; iniciativas (tanto internas como a nível internacional) visando reduzir a vulnerabilidade das economias periféricas diante das flutuações e contingências exteriores; a transformação das condições de produtividade existente nos setores atrasados da agricultura e o deslocamento vagaroso dos excedentes de mão-de-obra agrícola para as atividades modernas, (RODRIGUEZ, 1981, p.171-172).

2.7 Considerações finais

A CEPAL dos anos 1950 e 1960 é de extrema importância, tendo em vista que foi nesse período que surgiram as principais teorias para se tentar entender a condição de subdesenvolvimento da América Latina. Para reforçar essa idéia, abaixo colocarei os pontos principais de uma entrevista realizada com o professor José Gabriel Porcile Meirelles² do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Tal entrevista foi realizada com o objetivo de se ter uma perspectiva maior de algumas questões relevantes.

² Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2009.

1) Qual a contribuição da CEPAL para a compreensão da condição periférica da América Latina

Trata-se de um esforço sistemático e articulado de reflexão sobre o que há de específico na estrutura econômica da periferia e das formas assimétricas que assume a difusão internacional de tecnologia, que explica a formação dos pólos.

2) Em qual momento a CEPAL teve maior influência no processo de industrialização?

Provavelmente nos anos cinqüenta, embora seja importante mencionar que esse processo, e a substituição de importações, começaram antes que CEPAL formulara suas idéias

3) Qual é a importância do Estado para o pensamento cepalino?

O Estado aparece como ator chave, já que se entende que o livre funcionamento do mercado reproduz no tempo a condição periférica.

3. O PENSAMENTO DA CEPAL NA DÉCADA DE 1990

3.1 Contexto histórico.

A década de 1980, para a CEPAL é caracterizada como a “década perdida”, do ponto de vista do desenvolvimento econômico para a região da América Latina, pois para o período de 1981-1990, a taxa de crescimento médio anual, foi de 1,2% e o PIB per capita regional, em fins de 1989, apresentava-se 8% inferior ao do início dos anos oitenta. Esta Comissão, para tentar explicar aquele acontecimento aponta, dentre algumas razões, para um “esgotamento dos motores de crescimento das décadas anteriores, maior protecionismo e mudança de padrão tecnológico mundial”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24-27).

Assim, os países latino-americanos iniciaram a década de 1990 com algumas heranças da década anterior, apesar de uma moderada recuperação do PIB, que elevou-se em média 3,5%a.a entre 1990-1997, o processo de crescimento deixou a desejar no que se refere à recuperação nas taxas de investimento sobretudo em termos correntes. A estabilização foi quase sempre acompanhada, de um “controle do déficit fiscal e de cautela no manuseio do crédito, e também quase sempre acompanhada, da ampliação do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, em grande medida resultante de generalizada valorização na taxa de cambio”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24-27).

Ocorreu também um rápido processo de reformas, incluindo abertura comercial, financeira e privatização. Os efeitos dessas reformas sobre o desempenho das economias estão sendo aos poucos avaliados, pois as repercussões são vistas até os dias de hoje. Elas “conformam, um novo modelo de comportamento dos agentes produtivos e de relação entre esses e o Estado”, (Bielschowsky, 2000, p. 24-27).

Em resposta, a longa crise vivida pelos países da América Latina, nos anos de 1990 e 1992, a CEPAL publicou alguns trabalhos, como “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e

do Caribe no anos 1990”, que procuraram avaliar o estágio de desenvolvimento atingido pelos países da região, a crise por eles enfrentada na década de oitenta e esboçar um novo modelo de desenvolvimento para o futuro, que tenha como base a vinculação recíproca entre progresso técnico, competitividade internacional, eqüidade social e a necessidade de retomar o crescimento sustentado e ambientalmente sustentável. A proposta central é tornar possível conciliar crescimento, eqüidade, sustentabilidade ambiental e democracia, (SCHWARZER, 1993, p.68-69).

O panorama internacional do início da década de 1990, segundo a CEPAL, torna-se de extrema importância, uma vez que “se tem uma base que condicione as possibilidades de sucesso de uma transformação produtiva com eqüidade.” Destacam-se a tendência à globalização da atividade econômica com mudança do paradigma tecnológico e perfil do comércio internacional, a formação de blocos econômicos como resposta institucional dos países à internacionalização da economia e a integração crescente dos mercados financeiros internacionais, (SCHWARZER, 1993, p.68-69).

Sendo assim, a CEPAL dos anos 1990 “logrou posicionar-se com grande habilidade entre dois extremos. Não colocou-se contra as reformas, ao contrário em tese tendeu a apoiá-las, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma “estratégia” reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24-27).

3.2 O ponto de partida e os desafios dos anos 1990

A experiência latino-americana e caribenha dos anos 1980 destaca o retrocesso experimentado pela grande maioria dos países no âmbito econômico e social. Isso pode ser entendido na perspectiva do crescimento econômico alcançado nas décadas anteriores, e também, nos anos 1980, em relação a outras regiões do mundo, como por exemplo os países industrializados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e vários países do Sudeste Asiático, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 889).

Esta Comissão cunhou, como foi visto anteriormente, a expressão “década perdida” para ilustrar a magnitude do retrocesso, do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Utilizando-se unicamente como indicador, a evolução do produto interno bruto por habitante, o produto real per capita no final de 1989 não retrocedeu ao que fora registrado dez anos antes, mas ao nível de treze anos antes, e até mais do que isso, no caso de algumas economias. Por conseguinte, “os países da região iniciaram a década de 1990 com o peso da inércia recessiva dos anos 1980, com uma dívida externa excessiva, e com a presença de uma inadequação fundamental entre as estruturas da demanda internacional e a composição das exportações latino-americanas e caribenhas”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24-27).

Além disso, ocorreu uma série de insuficiências importantes, entre as quais se destacam: os desequilíbrios macroeconômicos não resolvidos, a crescente obsolescência da infra-estrutura física (relacionada aos níveis de investimento reduzidos), uma distância cada vez maior entre as mudanças tecnológicas que ocorreram no mundo e suas aplicações na região, o “desgaste da capacidade financeira e de gestão dos governos, a frustração de um número crescente de pessoas que tentam entrar no mercado de trabalho”, o mau aproveitamento dos recursos naturais e a degradação deles e do meio ambiente, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 890).

Ao iniciar a década de 1990, a América Latina e o Caribe não se encontravam numa situação favorável, pois tinham a necessidade de reencontrar o caminho para aderir ao desenvolvimento, um caminho que pareceu ter sido perdido durante a turbulenta década de 1980. A superação da crise traz implícito um acúmulo de exigências, é preciso, por um lado, fortalecer a democracia e, por outro, ajustar as economias, estabilizá-las, incorporá-las numa mudança tecnológica mundial intensificada, modernizar os setores públicos, aumentar a poupança, melhorar a distribuição de renda, implantar padrões mais austeros de consumo, e fazer tudo isso no contexto de um desenvolvimento sustentável em termos ambientais, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 891-892).

3.3 Conceitos básicos da Transformação Produtiva e seus principais critérios

A proposta do modelo de Transformação Produtiva com Equidade Social (TPES), destaca o nome do economista chileno Fernando Fajnzylber e alguns de seus trabalhos como “A industrialização trunca da América Latina” e “Industrialização na América Latina: da caixa-preta ao conjunto vazio”. Nesse último o autor apresenta um quadro que sintetiza os diferentes caminhos seguidos pelos países da América Latina. Nenhum país desta região atingiu um “patamar de crescimento econômico e distribuição de renda como era esperado pela implementação de estratégias para desenvolvimento”. No trecho abaixo, de um dos trabalhos desse economista, ele buscou explorar os motivos da ausência de crescimento econômico com equidade nos países latino-americanos, e mostra que o principal problema é a ausência do crescimento com distribuição de renda, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 853-855).

“Suponhamos que, na América Latina, a linha divisória entre os países que conseguiram maior e menor equidade seja definida por essa mesma relação, mas com um valor de 0,4, isto é, metade do que é observado nos países industrializados (Banco Mundial, 1986). Ao cruzar as variáveis de crescimento e equidade, aplicando como linha divisória do dinamismo o crescimento médio dos países avançados no período de 1965 a 1984 e, com respeito à equidade, aplicando a relação entre os 40% mais pobres e os 10% mais prósperos, gera uma matriz de entrada dupla em que resta um conjunto vazio: ele corresponde aos países que poderiam ter alcançado, ao mesmo tempo, um crescimento mais acelerado que o dos países avançados e um nível de equidade superior a 0,4. Este conjunto vazio levanta a pergunta-chave que tentaremos esclarecer neste trabalho.” (Industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”. Fajnzylber, Fernando. *Cuadernos de la CEPAL*. Publicações Nações Unidas. Santiago, Chile, 1990. In: Bielschowsky, R. *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*. Record, São Paulo. 2000, p.853)

A TPES nasce da crítica aos modelos de desenvolvimento anteriores, denominados pela CEPAL de “ortodoxia dos anos cinqüenta e sessenta” e “ortodoxia dos anos oitenta”. A primeira corresponde basicamente, ao modelo de industrialização por substituição de importações “voltada à construção de um setor industrial para o abastecimento do mercado interno, com elevado grau de protecionismo sem limitações setoriais claras”. A segunda ortodoxia é aquela adotada por vários países da região, “com a finalidade de viabilizar o pagamento da dívida externa, via exportações de recursos naturais e baixos salários”. E estes dois

modelos não contribuíram para atenuar a falta de equidade na região, (SCHWARZER, 1993, p.72-73).

A partir destas constatações, a CEPAL formulou as linhas gerais do modelo de TPES, cujos objetivos básicos eram, a longo prazo “o logro simultâneo do crescimento econômico e da equidade social”. Os outros objetivos que também se destacaram: a “criação de novas fontes de dinamismo que permitam crescer, melhorar a distribuição de renda, consolidar os processos democratizadores, adquirir maior autonomia, criar condições que detenham o deterioramento ambiental e melhorar a qualidade de vida de toda a população”,(SCHWARZER, 1993, p.74).

Sendo assim, o conceito de “equidade” prega: “igualdade de oportunidades para participar na procura do bem-estar e das posições sociais. A igualdade de oportunidades requer a eliminação dos privilégios e discriminação estabelecidos juridicamente, tais como os que persistem entre os sexos e entre os grupos étnicos”, também é necessária à eliminação dos privilégios e discriminação baseadas nas estruturas econômicas, (IDEM).

É nesse ponto, competitividade, tecnologia e progresso técnico, que a proposta cepalina se assemelha teoricamente com a neo-shumpeteriana, pois enfatiza-se que a transformação produtiva com equidade deveria ser alcançada num contexto de uma maior competitividade internacional. E essa competitividade deveria apoiar-se mais numa “incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico no processo produtivo (com os conseqüentes aumentos de produtividade)”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 895).

Quanto ao caráter “sistêmico da competitividade”, acredita-se que no mercado internacional, concorrem economias nas quais a empresa constitui um fator que, embora crucial, está integrado numa rede de vinculações com o sistema de ensino, a infra-estrutura tecnológica, de energia e de transportes, as relações entre empregados e empregadores, a máquina institucional pública e privada e o sistema financeiro, em outra, (RODRIGUEZ, 1981, p.148-152). s palavras, a empresa está integrada em todo um sistema socioeconômico. Por essa perspectiva, impulsionar a

transformação produtiva exige esforços decididos, persistentes e principalmente integrados, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 895).

A industrialização constitui para a CEPAL, o eixo da transformação produtiva, principalmente por conduzir a incorporação e difusão do progresso técnico, mas também porque, deve “ultrapassar o contexto setorial em que foi abordada e se vincular com a exploração de produtos primários e áreas de serviços, de maneira a integrar o sistema produtivo e tender para a homogeneização progressiva dos níveis de produtividade”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 895).

Ressalta-se que as transformações produtivas devem ser compatíveis com a preservação do meio ambiente físico e, conseqüentemente a dimensão ambiental deveria incorporar-se plenamente no processo de desenvolvimento. Trate-se por um lado, de reverter as tendências de esgotamento dos recursos naturais, de deterioração crescente pela contaminação e de desequilíbrios globais, e por outro lado, trata-se de utilizar sustentavelmente os recursos naturais com base na pesquisa e na preservação, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 895).

A CEPAL também destaca o papel relevante do “investimento em infraestrutura social e da difusão do progresso técnico em áreas sociais, a fim de ampliar a cobertura quantitativa e qualitativa em áreas, como: educação, saúde e habitação. Também atribui um papel importante ao progresso técnico nestas áreas, com a finalidade de melhorar a equidade social”, (SCHWARZER, 1993, p.73).

Quanto ao crescimento, esta Comissão defendia que um novo ciclo tenha como base “um “sólido eixo exportador” (que garanta uma integração com competitividade) e uma recuperação dos níveis de investimento, o que exige, como pré-requisitos, um reequilíbrio das finanças públicas e incrementos moderados nos padrões de consumo e de importações”. Este eixo exportador, dado o panorama mundial e o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, foi na realidade a única forma de voltar a crescer em proporções que possibilitem conciliar crescimento com equidade, (SCHWARZER, 1993, p.73).

Trata-se, portanto de encontrar o caminho, ou os caminhos que permitiam simultaneamente, satisfazer as exigências de uma inserção internacional mais ativa e uma melhoria constante das condições de equidade locais. Na verdade, tal equidade é necessária para a obtenção da competitividade internacional, exigida por uma integração crescente à economia mundial, (SCHWARZER, 1993, p.73).

3.4 Algumas precondições da transformação produtiva

As precondições, tem relação com uma orientação de resultados dos esforços internos para superar a crise, que por sua vez dependem da situação externa, que “continuará a influir decisivamente no desempenho das economias da região.” Existem alguns elementos que devem condicionar esse desempenho, são alguns deles: o grau de abertura que houver no comércio internacional, a maneira de lidar com o excesso de endividamento, que limita tanto a capacidade de importação quanto a capacidade de investimentos de numerosas economias da região, e a possibilidade de aceitar tecnologias e conhecimentos em condições “que facilitem uma transformação produtiva baseada na competitividade internacional”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 892-893).

As condições de origem externa misturam-se com outras de origem interna, e freqüentemente as reforçam. Entre as últimas destacam-se a necessidade de corrigir os desequilíbrios macroeconômicos, que foram a marca dominante da década de 1980. Também se coloca em segundo lugar, “uma enorme interrogação sobre como se deverá abordar o financiamento do desenvolvimento, dada a maciça transferência de recursos financeiro para o exterior que foi registrada nos últimos anos”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 892).

3.5 O esforço interno e a cooperação internacional

Impulsionar a transformação produtiva e abrir caminho para uma maior equidade social são tarefas que precisam de esforços integrados e constantes por partes dos governos e das sociedades. Eles só renderão frutos, num contexto externo de condições minimamente favoráveis em questões essenciais, como o financiamento em geral (mais especificamente, no que diz respeito a uma solução

do problema da dívida externa), o intercâmbio comercial e a transferência de tecnologia e conhecimentos. Com isso, “formula-se de maneira prioritária o tema da necessidade da cooperação econômica internacional”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 893).

Nesse ponto, o economista Fajnzylber, em seu trabalho “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e o Caribe nos anos 1990”, afirma que se os países latino-americanos adotarem estratégias próprias “que lhes permitam avançar em direção à transformação produtiva, eles ganharão maior legitimidade, credibilidade e eficácia para exigir que os países industrializados assumam sua própria responsabilidade pela ordenação de uma economia mundial vigorosa e capaz de dar um impulso dinâmico a todos os países”, (IDEM).

3.6 Diretrizes para a concepção de políticas

A TPES exige uma combinação de fatores como: o manejo macroeconômico com políticas setoriais e a integração das políticas de curto e longo prazos. Além disso, precisará de mudanças institucionais com orientações estratégicas também de longo prazo, nas quais se possa basear uma nova forma de interação entre os agentes públicos e privados, maneira inevitável de se atingir a equidade e a harmonia social. A necessidade dessas políticas como meio de se alcançar a transformação produtiva é ressaltada nessa passagem:

“O imperativo da equidade exige que a transformação produtiva seja acompanhada por medidas redistributivas. Por mais intenso que se revele o esforço da transformação, seguramente transcorrerá um período prolongado antes que se possa superar a heterogeneidade estrutural através da incorporação do conjunto dos setores marginalizados nas atividades de produtividade crescente. Por isso será necessário pensar em medidas redistributivas complementares, entre elas serviços técnicos, financeiros e de comercialização, assim como programas maciços de qualificação destinados microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores, reformas de diversos mecanismos de regulação que impedem a formação de microempresas, adequação dos serviços sociais às necessidades dos setores mais pobres, fomento da organização, de modo a contribuir para a ajuda mútua e a representação adequada das necessidades dos mais desfavorecidos perante o Estado, e aproveitamento do potencial redistributivo da política tributária, tanto pelo lado da receita quanto no que diz respeito à orientação dos gastos públicos.” (CEPAL. Transformação Produtiva com Equidade: a tarefa prioritária do

desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990, publicado em Bielschowsky, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Record: Rio de Janeiro, 2000. p.896-897)

É essencial também uma integração latino-americana e caribenha e a cooperação inter-regional na medida em que contribuem de maneira vital para a garantia da transformação produtiva, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 896).

3.6.1 Principais elementos

Aqui serão descritos os principais elementos que contribuem para a concepção das políticas mencionadas anteriormente. Tais elementos seriam: política fiscal, política comercial e cambial, política tecnológica, formação dos recursos humanos, criação de empresas, política industrial e por fim o tema dos recursos naturais. Os mesmos têm como objetivo; melhorar a inserção internacional, favorecer a articulação produtiva e induzir uma interação criativa entre os agentes públicos e privados, sendo tudo isso orientado para o cumprimento da estratégia de gerar uma competitividade autêntica, o que sintetiza esses objetivos específicos e estabelece um guia para a transformação produtiva. Tais propostas baseiam-se na incorporação das experiências positivas já em andamento em diferentes países da região, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 898-904).

Cabe ressaltar a importância adquirida pela **política fiscal**, no conjunto dos instrumentos que os governos dispõem para alcançarem objetivos como a estabilização, o crescimento e uma maior justiça distributiva. O financiamento da transformação produtiva exige, um reajuste da política tributária, a fim de aumentar a poupança pública passível de ser destinada ao investimento. É preciso fazer um esforço para melhorar a destinação dos gastos, mas parece, segundo Fajnzylber, que a maior parte do ajuste fiscal deverá ocorrer por meio de reformas tributárias. Tais reformas seriam alcançadas com “um sistema de bases tributáveis relativamente pouco numerosas, porém amplas e que de preferência a taxas uniformes é preferível a um sistema complexo e com múltiplas taxas nominais.” “A adoção de bases amplas significa um passo importante a favor do objetivo de uma equidade maior, além disso, simplifica a

administração tributária e permite aumentar a arrecadação”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 899).

Em matéria de **política comercial e cambial**, tendo-se como meta a transformação produtiva, exige-se uma maior abertura da economia, como meio para “induzir aumentos de produtividade e estimar a incorporação do progresso técnico”. Não existe uma fórmula única para se conseguir essa abertura, é necessário que ela reforce o processo de crescimento, e é indispensável que leve não apenas ao aumento das importações, mas também à uma expansão rápida e persistente das exportações. Além disso, a abertura presume que haja uma harmonia entre as “políticas de proteção tarifária e paratarifária, a política cambial e as políticas de promoção das exportações. Um requisito essencial para que a abertura contribua para o crescimento e a transformação produtiva é a manutenção de uma taxa de câmbio real elevada e estável”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 899-900).

Quanto à **política tecnológica**, a situação da “industrialização tardia” apresenta oportunidades à aprendizagem, à incorporação e à difusão, no parque produtivo, do acervo tecnológico disponível no plano internacional.

“Como diretrizes para a década de 1990, propõe-se completar e adequar a infra-estrutura tecnológica nas atividades prioritárias porém atrasadas; promover uma propensão maior à incorporação do progresso técnico e da inovação nas próprias empresas, incentivando a valorização adequada da tecnologia como variável estratégica e fonte de benefícios, concedendo incentivos governamentais às empresas existentes, para que elas empreendam atividades inovadoras, e dando apoio a criação de novas empresas de alto nível tecnológico. Sugere-se também que se desenvolva através de diversos acordos institucionais, uma rede de ligações entre o sistema de pesquisa e o restante da infra-estrutura tecnológica, por um lado, e o setor produtivo, por outro, bem como incentivo, neste último, a um contato estreito entre os usuários e os produtores de bens e serviços. Isso poderia ser feito em torno de determinados sistemas integrados de produção, nos quais se tem acumulados experiência e competência básica no nível local (como seria o caso de alguns setores transformadores de recursos naturais e das indústrias ligadas a eles). Finalmente, será necessária a aplicação de critérios de seleção uma vez que só dessa maneira será viável produzir na região núcleos endógenos de inovação tecnológica.” (CEPAL. Transformação Produtiva com Equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990, publicado em Bielschowsky, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Record: Rio de Janeiro, 2000. p.896-897)

Nessa passagem fica clara a posição da CEPAL, que acredita na importância de uma política voltada ao desenvolvimento de novas tecnologias e a sua incorporação nos diversos setores produtivos, (IDEM).

No que se refere à formação dos **recursos humanos**, destaca-se seu papel crucial para a transformação produtiva. “A aceleração da mudança técnica, a heterogeneidade dentro e entre os países da região, os requisitos mutáveis em matéria de qualificação profissional e a diversificação dos agentes produtivos implicam-se que não se pode esperar que um único agente se encarregue das tarefas de formar, capacitar e reciclar os recursos humanos.” Além disso, a escassez de recursos disponíveis para melhorar os sistemas de qualificação mostra a necessidade de um aproveitamento máximo das diversas contribuições que as diferentes instituições podem fazer para a formulação dos recursos humanos. Isso justifica a necessidade de uma estratégia de longo prazo, destinada à elevação gradual e sustentada da oferta de formação em suas diferentes fases e âmbitos: desde ciclos pré-escolar, fundamental e médio, universidades, centros de pesquisa, sistemas de capacitação, projetos de ensino popular e educação de adultos, até programas de reciclagem profissional. Na visão da CEPAL, a capacitação dos recursos humanos se faz necessária, no objetivo de, por exemplo, difundir novas tecnologias e é também um parâmetro para avaliar o alcance ou não da equidade social, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 900-901).

Agora com respeito a criação de empresas, propõe-se a concepção de políticas de estímulo à formação de empresas e empresários. Reconhece-se a existência de uma complexidade para a execução dessa tarefa, na medida em que, no processo de investimento, “intervém fatores que nem sempre estão incluídos nos enfoques econômicos tradicionais, e até outros fatores intangíveis, como a criatividade humana”. Contudo a atual concepção do problema implica que se atenda especialmente à criação de grupos com potencial empresarial, à formulação e execução de projetos, ao financiamento de empresas e à racionalização das formas de trabalho produtivo nos espaços nacionais. Paralelamente a isso, existe um aspecto de importância especial na América

Latina e Caribe: a necessidade de revalorizar socialmente a função empresarial, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 901).

Já os esboços de uma política industrial relacionam-se com o “conjunto das propostas que tendem a favorecer a articulação produtiva”. Nesse conjunto, incluem-se a abertura gradual e seletiva, o fomento integral das exportações industriais, a incorporação e difusão do progresso técnico e o apoio à pequena e média empresas. As ações propostas deverão ser abordadas num contexto de restrição financeira e de debilitação institucional do setor público, o que levanta três desafios: “selecionar de maneira coerente as áreas de intervenção governamental, privilegiar a reconstituição institucional estratégica do setor público e outorgar uma alta prioridade à inovação institucional na região do sistema produtivo”, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 901).

Quanto ao tema dos recursos naturais os pensadores da CEPAL, da década de 1990 perceberam que havia a necessidade de uma política de exploração racional dos recursos naturais da região para alcançar a superação das debilidades passadas. Os recursos naturais não podem adaptar-se a um esquema de exploração máxima a curto prazo, mas sim a um manejo cuidadoso, sustentável, que avalie os ritmos de exploração dos recursos não renováveis à luz da situação atual e das perspectivas dos mercados, e que cuide da manutenção da capacidade de reprodução dos recursos renováveis, (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 902).

Finalmente, no que diz respeito aos “serviços básicos de apoio e articulação produtiva, a transformação produtiva exigirá o apoio de diferentes serviços básicos”, tais como energia elétrica, água, comunicações, bancos, seguro e transportes. Alguns deles terão que ser adequados às circunstâncias da década de 1990, (IDEM).

3.7 Considerações finais

Aqui será transcrito o restante da entrevista realizada com o professor José Gabriel Porcile Meirelles, a qual foi mencionada no final do primeiro capítulo desse trabalho. Nessa parte da entrevista, o que chama a atenção é a questão que diz respeito ao papel da CEPAL na crise atual, pois é um acontecimento recente e a dúvida que gera é que linha de pensamento a CEPAL pretende explorar e seguir?

4) É pertinente acusar a CEPAL de uma visão economicista pela ênfase que atribui ao processo de industrialização?

Não, porque CEPAL entende que esse processo tem condicionantes sociais e políticos claros, e também entende que o tipo de aliança que sustentou a industrialização muitas vezes não foi o mais adequado para promover aprendizado tecnológico e equidade. Vale a pena lembrar também os esforços sociológicos de Medina Echavarría, Sunkel em “Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante”, Wolfe e outros (por não mencionar Cardoso e Faletto, que estiveram próximos à CEPAL).

5) O senhor considera que o chamado pensamento cepalino, a cada período característico, constitui um conjunto homogêneo?

Não, porém há uma base comum: entender as assimetrias tecnológicas e como isso afeta o padrão de especialização, a distribuição da renda e o crescimento. Isso vai de Prebisch em “Estudo Econômico da América Latina, 1949” e “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas” a Fajnzylber em “A industrialização trunca da América Latina” e “Industrialização na América Latina: da caixa-preta ao conjunto vazio”

6) Como as crises econômicas influenciaram no pensamento cepalino?

As ideias de Prebisch forma marcadas pela crise de 1930 e as de Fajnzylber pela crise dos oitenta. Mas de fato a reprodução do sistema centro-periferia não depende da ocorrência de crise. A crise revela, não explica as estruturas.

7) Como a crise atual pode vir a influenciar o pensamento da CEPAL?

Incerto...pelo menos afastou a idéia ingênua de que podia se voltar a um padrão de crescimento baseado em recursos naturais.

8) Qual seria considerada como a atualidade da CEPAL?

A CEPAL como instituição tem uma influencia muito reduzida. As ideias estruturalistas são parte valiosa de um conjunto mais amplo de esforços teóricos heterodoxos, que reúne keynsianos e evolucionários.

9) Com a crise atual, que linha de pensamento a CEPAL acredita que os países da América Latina devem seguir para continuar a se desenvolverem? Seria a industrialização ou transformação produtiva com eqüidade?

Na minha opinião (o tema é controverso) a transformação produtiva com eqüidade é uma forma de re-inserir a indústria no centro de desenvolvimento, e uma tentativa de superar o esgotamento do padrão anterior (ISI) de desenvolvimento sem renunciar à industrialização.

4. CONCLUSÃO

Há uma ampla diferenciação entre as propostas cepalinas da chamada “ortodoxia dos anos cinquenta e sessenta” ou CEPAL clássica e a proposta da Transformação Produtiva com Eqüidade Social (TPES). Enquanto a primeira surgiu da insatisfação de alguns pensadores quanto a ideologia dominante da época e pelo fato dos países latino-americanos se encontrarem em uma situação desfavorável e bem atrasada no sentido do crescimento econômico, a proposta da TPES procurou encontrar soluções para o desenvolvimento “pós-década perdida” (em função da crise mundial dos anos setenta e oitenta) através da estabilização das economias, de incorporações de novas tecnologias e uma melhor distribuição de renda.

Essas diferenças também podem ser mostradas em certos temas, como conceito de desenvolvimento, industrialização estimulada, Estado e recursos naturais.

Se o conceito de desenvolvimento para a CEPAL clássica significa a elevação das condições de vida da população por meio do aumento de suas remunerações, para a TPES representa crescer, melhorar a distribuição de renda, a qualidade de vida da população e ter uma sustentabilidade ambiental.

A industrialização estimulada, num primeiro momento para a CEPAL dos anos 1950 e 1960, era trazer progresso técnico e resolver a problemática da tendência estrutural ao subdesenvolvimento, e para a TPES a transformação produtiva era o eixo difusor do progresso técnico, porém não gerava condições suficientes para resolver problemas estruturais.

Já o papel do Estado no primeiro momento dessa Comissão era na direção de uma liderança para o processo de industrialização; e num segundo momento seria o de importante participação na geração de uma base para a competitividade, estabilização econômica e de papel fundamental no campo social.

Por último, quanto ao assunto recursos humanos, o mesmo nem seria alvo de preocupações para a CEPAL clássica, pois eram considerados ilimitados; já para a CEPAL dos anos 1990, considerava-se como um fator necessário para a qualidade de vida e obtenção de competitividade.

Logo, os cepalinos dos anos 1950 estudaram as transformações econômicas e sociais que ocorreram durante as primeiras etapas de mudança do padrão de acumulação na região, do modelo primário exportador ao urbano industrial. Já a proposta cepalina da década de 1990, teve como foco as transformações provocadas por outra mudança de modelo de acumulação na região, ou seja, a que se deu pela reorientação política e econômica por meio da liberalização dos mercados, pela reforma do Estado, de certa maneira via privatizações e uma certa conscientização da necessidade de um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Contraponto, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Volume 1 e 2 Rio de Janeiro: Record, 2000.

FIGUEIREDO, F. As transformações do pós-guerra e o pensamento econômico da CEPAL. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 4, outubro/novembro 1990.

Disponível em:

<<http://scholar.google.com.br/scholarastransformacoesdoposguerraeopensamento>>. Acesso em 11/3/2009

HOFMAN, A.; TORRES, M. El pensamiento cepalino em la Revista de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 96, diciembre 2008.

MELLO de, J. M. C. **O Capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SCHWARZER, H. **A Cepal: A teoria Clássica e a proposta de transformação produtiva com equidade social**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

VITAGLIANO, L. F. **A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://lakh.unm.edu/handle/10229/44394>>. Acesso em: 11/3/2009.